

## 024ª Audiência Pública 18AGO2025

**Pauta:** Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 028/25, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento do Município de Porto Alegre.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/25, QUE AUTORIZA A CONCESSÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.** A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA à comunidade porto-alegrense que a Audiência Pública marcada para o dia 18/08/25, às 19h, destinada a debater o projeto acima referido, terá o seu local alterado conforme a tabela abaixo. Detalhes do projeto poderão ser obtidos em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/141278>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail: [audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br](mailto:audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br). As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>. Data Região Endereço 18/08/25 Sul CTG Roda de Chimarrão – Av. da Serraria nº 1835. Porto Alegre, 06 de agosto de 2025. **VEREADORA COMANDANTE NÁDIA**, Presidente.



**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** (19h15min) Boa noite a todos.

Nós vamos tratar, a partir de agora, sobre o PLE nº 028/25, que versa sobre a concessão do DMAE. Essa é a Audiência Pública nº 12, de um total de 17; ainda, depois desta, faltam mais cinco, e está percorrendo várias regiões de Porto Alegre, e hoje é aqui neste querido bairro do Guarujá. Eu sou o Coronel Ustra, vereador de Porto Alegre, e represento a Comandante Nádia, Presidente da Câmara de Vereadores.

Está presente aqui, representando o governo, o meu amigo Gelson Guarda, secretário adjunto da Secretaria-Geral de Governo; o Sr. Carlos Eduardo da Silveira, representando o DMAE, que é o diretor de Regulação e Governança Corporativa do DMAE; o Sr. Edson Zomar Oliveira, representando aqui o Simpa, diretor do Simpa; e a Sra. Sandra Darui, representante do Simpa e do DMAE. Está presente também aqui a Sra. Nilda Maia, que é a subprefeita da região sul. E nós agradecemos ao Sr. Josué Paulo Cacenet, que é patrão aqui do CTG Roda de Chimarrão, que cede gentilmente o seu espaço, mais uma vez, o local

para a Câmara de Vereadores. A gente sabe que tem custo, e cede seu espaço aqui para que nós possamos fazer esta importante audiência pública aqui no Guarujá. Eu queria agradecer também a presença da equipe da Câmara de Vereadores, nós estamos aqui com a Guarda Municipal, com a nossa Diretoria Legislativa, o senhor Luiz Afonso, o Diego também da Diretoria Legislativa; a senhora Lisiane, da Taquigrafia. Também agradecemos ao pessoal da TVCâmara, toda a equipe de apoio, som, imagem, a equipe da Copa, enfim, toda a equipe da Câmara de Vereadores se desloca para cá, para montar essa estrutura. Saudamos a equipe da Prefeitura presente aqui também, apoiando; e logicamente, o público-alvo, todos os moradores aqui da região do Guarujá – a gente agradece muito a presença das senhoras e dos senhores nesta noite para contribuir com esta audiência pública.

Como vai se desenrolar a audiência pública? Nós iniciaremos, o diretor legislativo fará a abertura... O diretor Luiz Afonso me concedeu aqui a abertura, nós passaremos a palavra ao governo/DMAE, dez minutos de intervenção. Depois nós passaremos a palavra ao Simpa, entre o senhor Edson e a senhora Sandra, mais dez minutos também; e aí nós passaremos às inscrições, aqui com o Diego, são cinco pró-concessão e cinco contra a concessão. Então é preciso que se organizem, serão cinco de um lado e cinco de outro, eu vou intercalar um “sim” e um “não”, com um tempo de cinco minutos para cada. É importante nós falarmos dentro do tempo, eu vou avisar quando estiver faltando um minuto, para que se encerre e não nos alonguemos mais do que o previsto. Tem gente que precisa ir embora, obviamente, toda a estrutura da Câmara tem que recolher tudo e liberar o pessoal. E, ao final, nós passaremos a palavra para o Simpa e para o governo/DMAE, para fazer as considerações finais. As inscrições já estão abertas aqui com o senhor Diego, cinco pró, cinco contra, por favor se inscrevam. Quando eu for chamar a pessoa aqui, é muito importante, tem que falar aqui da frente, por quê? Porque nós temos a Câmara ali, precisa registrar a fala da pessoa, tem que falar o nome. Todas as vezes que forem falar, tem que falar o nome no microfone, para que a Lisiane possa colocar nas Notas Taquigráficas,

o nome correto ali, para depois fazer a transcrição da fala. Então a gente precisa que esteja falado o nome aqui no início de cada fala.

Fui corrigido aqui, audiência pública, nós estamos no bairro Guarujá, mas o nome correto é audiência pública da Região Sul. Peço desculpas aqui, é da Região Sul. Como eu gosto muito do Guarujá, eu falei Guarujá, mas é da Região Sul, está certo? Gosto muito de todos, eu moro inclusive aqui na Zona Sul, na Tristeza, eu nasci aqui no Guarujá.

Senhoras e senhores, sem mais delongas, eu vou passar a palavra aqui para o secretário Gelson/diretoria do DMAE, para a sua intervenção inicial. Dez minutos.

**SR. GELSON GUARDA:** Obrigado. Pessoal, muito boa noite, agradecendo a presença de todos e cumprimentando o Presidente Coronel Ustra, a Sandra e o Edson do Simpa, Luiz Afonso, grande amigo, representando a Câmara também, o Carlos Eduardo aqui do DMAE, a subprefeita Nilda, um carinho especial ao Josué Paulo aqui do CTG Roda de Chimarrão, que nos brinda com esse espaço maravilhoso, a gente tem essa parceria também aqui com o CTG. Quero dizer que o prefeito Sebastião Melo, como é característico, e a Câmara de Vereadores estão fazendo essas audiências públicas para colher as opiniões e levar a vocês o que é o projeto PLE nº 028. É um projeto muito importante para o governo e principalmente para as pessoas que vão ser brindadas, porque hoje tem pessoas que circulam aqui e que estão no meio do esgoto, e é uma coisa que nós não suportamos mais. Essa questão da parcerização, e depois o Carlos vai nos explicar direitinho o que é cada passo, o que significa a questão dos funcionários, nenhum funcionário do DMAE vai sair do DMAE, muito pelo contrário, são os que vão fiscalizar a empresa, posteriormente. Então, para não me alongar mais, eu passo a palavra para o Carlos para já passar para a apresentação.

**SR. CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA:** Boa noite a todos. Obrigado Gelson, no nome de quem eu cumprimento os demais integrantes na Mesa, o presidente Ustra. Boa noite, pessoal.

(Procede-se à apresentação.)

**SR. CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA:** Na verdade, como já foi dito pelo Gelson, o objetivo do projeto de lei não é debater a concessão, já propriamente dita, é um primeiro passo em que o prefeito Sebastião Melo resolveu por bem encaminhar um projeto de lei que a própria norma federal dispensaria, mas então foi encaminhado um projeto de lei à Câmara para que fosse ampliado o debate público acerca da matéria, e para que ficasse bem demonstrado qual era o objetivo da administração municipal ao fazer o projeto de concessão. Então, a gente tem um contexto que envolve uma situação, um marco legal que estabelece metas de 99% de população atendida com água potável e de 90% da população atendida com tratamento de esgoto até 2033. Isso exige, em que pese o DMAE esteja próximo de um tratamento de água de 99%, nós temos ainda metas quantitativas de redução de perda, nós temos metas quantitativas de não intermitência, que é justamente a falta d'água, para que a gente reduza o número de falta d'água e a retomada mais breve possível do abastecimento, e metas de melhoria de tratamento. Caso a gente não cumpra essas metas, tem um reflexo em financiamentos federais, alcance de recursos federais que não serão atendidos se não cumprir com as metas da ANA. Então nós temos uma situação, um panorama geral de hoje com 99% de abastecimento de água e 52,8% de tratamento de esgoto.

O que nós temos previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico? Se nós pegarmos os valores que foram previstos lá em 2015 e atualizarmos até hoje, só em esgotamento sanitário teríamos que investir R\$ 3,2 bilhões. Isso envolveria, levando em conta o investimento que é realizado atualmente de cerca de R\$ 21 bilhões anual, a gente levaria cerca de 30 anos para atender então a meta do próprio Plano Municipal de Saneamento Básico. E aí o que reforça a importância de um planejamento, a importância de um projeto em que haja um investimento privado e que nos auxilia a alcançar as metas do saneamento.

Então, o objetivo central não é envolver a concessão total dos serviços prestados pelo DMAE; a gente manterá com o DMAE, então, a captação e o tratamento da água, e aí, sim, a distribuição e o tratamento do esgoto ficará com o parceiro privado. O objetivo da lei, antes de qualquer coisa... A gente não está falando em venda, privatização de um ativo público, pelo contrário, o que nós estamos transferindo é um serviço público a um terceiro, para que ele execute de uma forma mais eficiente, e que, ao final dessa concessão, esse ativo público retorne com todos esses investimentos para o DMAE.

A gente tem vários exemplos de concessão no País, e isso demonstra que ele não envolve uma matiz ideológica; ele envolve diversos partidos, que, inclusive, já levaram a efeito projetos similares a esse. A gente tem, por exemplo, Alagoas, com o MDB; Cedae Rio de Janeiro, com o PL; Cagece, no Ceará, com o PT; Amapá, com o PDT; Rondônia, com o União Brasil, Piauí, com o PT, então, tem diversos partidos e diversos deles utilizaram, então, as concessões, justamente por ser um meio que torna mais eficiente e mais rápido, mais célere o cumprimento das metas.

A concessão dos serviços, então, ela se difere muito da privatização. Nós ouvimos falar muito que o Município quer privatizar o DMAE. Pelo contrário, o DMAE continuará existindo, com relação aos servidores, inclusive, não se pretende fazer nenhum tipo de exoneração dos servidores, será aproveitado integralmente o corpo técnico existente no DMAE. O que a gente pretende fazer, então, é uma contratação de uma execução de obras e prestação de serviços, o que, na realidade, não só o DMAE, mas diversos órgãos municipais, não de Porto Alegre, mas do Brasil inteiro, já executam. As contratações são feitas por licitação, e, na verdade, elas não se comunicam por vezes, e a gente acaba perdendo na eficiência. Com a concessão, a gente consegue alocar num único prestador, tanto a execução da obra, quanto a manutenção do serviço, e isso reflete num serviço mais eficiente, porque ele vai se preocupar em empregar as melhores técnicas, em entregar o melhor produto, o melhor serviço, porque ele vai se responsabilizar pela sua manutenção ao longo dos 30 anos. Nós tivemos vários exemplos disso, aqui em Porto Alegre mesmo, a PPP da iluminação

pública, eram vários contratos que a gente tinha de prestação de serviço, hoje nós temos um único prestador e ele se responsabiliza pela instalação, pelas trocas das luminárias e pela própria manutenção desses serviços. Temos exemplos de abrigo de ônibus também, em que não houve aporte de recurso público, tão somente exploração publicitária.

E a concessão de serviço, então, as premissas do nosso projeto, elas envolvem a manutenção de todos os servidores; a captação e o tratamento da água permanecerão com o DMAE; o atendimento ao marco legal do saneamento, que, como já dissemos, caso não seja feita a concessão, a gente terá diversas dificuldades para atender a meta de 2033; investimentos no atendimento de áreas mais vulneráveis - hoje a priorização sempre é manter serviços à rede já existente, à manutenção delas; fiscalização dos serviços pelo Município e por agência reguladora, então, uma dupla fiscalização; e recursos oriundos, então, do leilão, da licitação, para se empregar justamente na amortização tarifária e nos serviços que o DMAE continuará prestando após a concessão.

O projeto de lei é bem enxuto, ele envolve então... Primeiro, como eu já disse, ele dispensaria uma remessa de lei para a Câmara, mas o prefeito optou por encaminhar da mesma forma; o artigo 2º dispensa essa lei autorizativa para um projeto de concessão.

O projeto é bem enxuto, então, o artigo 1º, ele trata justamente da concessão dos serviços; o parágrafo único deste artigo, ele deixa bem claro que não serão suscetíveis de concessão os serviços de captação e tratamento de água bruta, que estejam em operação no DMAE, na data da publicação da lei; o art. 2º, ele é claro, com todas as letras, ele torna o interesse público bem demonstrado de que não haverá qualquer movimentação de pessoal ou exoneração de pessoal a partir da concessão; e o art. 3º é justamente a utilização desses recursos oriundos na licitação no próprio saneamento básico, naquelas atividades que permanecerão com o DMAE.

Os próximos passos, só para esclarecer, a gente não está tratando ainda da concessão propriamente dita, a gente terá, ao longo dos meses subsequentes, diversas reuniões, audiência, consulta pública; o que a gente está falando aqui

é tão somente de um projeto de lei para autorizar essa concessão. Após isso, terá um longo debate público, inclusive com remessa de documentos para o Tribunal de Contas do Estado, para o Ministério Público, em que haverá uma grande participação da população na sua construção também. Era isso pelo momento. Obrigado. Fico à disposição.

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Nós vamos passar a palavra agora para a Sra. Sandra Darui, do Simpa e do DMAE, e a senhora vai ter uma tolerância de 30 segundos, que foi o tempo que o DMAI passou. Está *ok*?

**SRA. SANDRA DARUI:** Só vou aguardar ela colocar... (Pausa.) Posso fazer igual sem apresentação, mas seria melhor. Vou deixar nossa faixa aqui para que vocês olhem. Eu sou a Sandra Darui, sou funcionária do DMAE, da Prefeitura há 23 anos, no DMAE há 20 anos, e nós vamos fazer o contraponto da proposta que foi apresentada. Quando eles dizem que é uma proposta técnica, aliás, eles nem dizem isso, na verdade, porque não é... Nós, servidores do DMAE, funcionários da Prefeitura, que trabalhamos no DMAE, somos contra a proposta, porque, justamente, não tem nenhuma justificativa técnica para esse projeto ser posto para vocês. Então, vocês que são da comunidade... Eu gostaria que estivessem aqui apresentando uma solução para o Guarujá, para Ipanema, para a enchente, para o problema de falta de água, de vocês, não um projeto de concessão. Hoje até eles não falaram, mas eles falam que o projeto de concessão é um contrato, na verdade, é um grande contrato, um contrato muito grande, e que, se der errado, vai ser muito ruim para todo mundo aqui de Porto Alegre, não só para vocês aqui da região sul. É um contrato tão grande que, por exemplo, se vocês tiverem um problema com a Equatorial, vocês sabem quem é o presidente da Equatorial? Quem é o gerente aqui em Porto Alegre? Vocês não sabem, eu também não sei, acho que nem o prefeito sabe quem é. E, quando dá um problema na comunidade de vocês, cai um poste ou cai um fio, vem alguém deles aqui para atender vocês? Não. Mas, se der um problema aqui, o prefeito Melo vem, assim como ele foi no Sarandi, quando ameaçou

agora, em junho, o dique vazar. O prefeito teve que ir lá, ele tem que ir lá. Vocês votaram nele, as pessoas votaram nele, eles são representantes do povo. Mas se der um problema com a Equatorial, e eu gostaria que, se alguém está satisfeito com a Equatorial, levantasse a mão, eu acho que não tem ninguém satisfeito, é isso que vai acontecer com vocês. Então é um projeto político, que, na verdade, vai usar dinheiro público para emprestar para o privado, para fazer uma concessão. E se o nome fosse tão legal dessas empresas privadas, a CEEE teria mudado o nome dela para o nome que, na verdade, é agora, a Equatorial, e a Corsan teria mudado o seu nome para a Aegea, e não mudou. E a Aegea, que é a mesma empresa que quer – as duas querem, a Equatorial e a Aegea, essas duas querem aqui – a Aegea já domina 70% do saneamento deste Estado. Experiências no mundo inteiro, aqui no Rio Grande do Sul e no Brasil, já disseram que não foi uma boa experiência, não tem nenhuma que foi exitosa. A experiência que eles citam da CEDAE, no Rio de Janeiro, que diz que a CEDAE não terminou, agora eles estão fazendo o leilão do resto que sobrou da CEDAE. E é o mesmo modelo que eles estão usando aqui para fazer a concessão daqui de Porto Alegre. Então, não tem porquê. O DMAE já atende 99%, já atendeu, no início dos anos 2.000, já atendia 100% da água. E, se considerar o esgoto, vocês aqui passaram pela maior experiência de esgoto aqui da capital, que foi o PISA, Programa Integrado de Socioambiental. Quando dizem que o DMAE não tem capacidade para atender o marco legal, o DMAE tem, tem sim. Se não tivessem parado há oito anos de fazer investimento de esgoto. E isso foi de propósito, gente, justamente para acontecer esse momento que está acontecendo com a gente hoje aqui. Esgoto e drenagem, principalmente. Então tem uma grande obra acontecendo aqui, que voltou a acontecer, que é a Ponta do Arado, é a construção de uma estação de tratamento novo de água, que, nesse projeto, inclusive, poderá ser concedida para a empresa nova, porque só vai ficar aquilo que está pronto. Isso eles não falam no projeto. Os novos projetos que vão realmente beneficiar vocês em água não vão estar.

(Procede à apresentação.)

**SRA. SANDRA DARUI:** Aqui está o nome. Exemplos. Uma concessão é uma privatização. Porque é um grande contrato terceirizado. Vocês tiveram experiência em 2023, 2024, do problema do resíduo, da coleta de lixo. Vocês tiveram o problema do nosso, do DMAE, com a terceirização da leitura. Não piorou muito a leitura quando vocês... Até 2014, éramos nós, funcionários que liamos. Agora é uma empresa. Sabe quantas contas tem para serem revisadas no DMAE? Quantos protocolos? São 52 mil, por causa de problemas de leitura. Concessão é, sim, uma privatização, é uma grande terceirização.

Na realidade, o que se evidencia é um problema de gestão da Prefeitura, que não quer fazer a gestão. Era para eles estarem aqui para dizer para vocês: "Olha, o que vocês precisam para melhorar aqui?" Não conceder e vender um departamento que até muitos anos atrás foi referência mundial. É isso, na verdade. O problema é que não estão investindo de propósito para chegar nesse momento em que estamos aqui.

Na verdade, a realidade é precarizar, desmontar o DMAE. Nós temos 3.500 vagas no DMAE. Em junho, agora, nós tínhamos apenas 992 servidores. Como é que nós vamos dar conta de atender a cidade num terço só do que a gente era há 10 anos atrás? Não estou falando de 30 anos, são 10 anos atrás. Então é difícil. O prefeito, ao invés de estar aqui para vocês, ele estava lá apresentando a concessão em 2023, em 2024. O que aconteceu com vocês aqui? Vocês foram muito atingidos. Teve aquela grande enchente. Era para ter pronto vários projetos aqui para Zona Sul, que não foram. E o que aconteceu? Agora, dia 14 de julho, o Tribunal de Contas emitiu um relatório dizendo que tem gestão temerária e que se tivessem sido feitas várias recomendações de nós, técnicos do DMAE, vocês não teriam sofrido tanto. Mas sofreram. Então, o que aconteceu? Um diretor nosso saiu agora, no final, em 2024, foi trabalhar na Aegea. Engraçado isso, não é? Outro é alvo de uma CPI, em que ele ganhou, talvez tenha ganho dinheiro num outro contrato. E a Polícia Civil encontrou, dentro do nosso ex-gerente de licitações, R\$ 146 mil. Vocês já tiveram R\$ 146 na casa de vocês? Ninguém, não é? Eu não tive, nunca tive. Então, e o DMAE

sendo alvo de uma CPI, que, inclusive, teve uma audiência hoje de manhã. Então, está aqui. Não é nós que estamos dizendo, foi o Tribunal de Contas. Então, quando diz que o DMAE não tem capacidade, ele tem. O PISA, sabe quanto custou em 2014? Foram R\$ 600 milhões. Se eu atualizar o valor para hoje, é 1,5 bilhões, que foi o DMAE que fez. Então, é só botar a seriedade nisso e ter a autonomia que o DMAE já teve. Então, esse projeto levantou de 27% a nossa capacidade de tratamento para 80%. E o DMAE já chegou a tratar 66%. Não está tratando isso, porque a ETE-Sarandi, na Zona Norte, foi alagada, e eles não queriam nem consertar. E a gente foi lá, fiz uma denúncia, e agora vamos consertar, e vai aumentar um pouquinho mais essa capacidade.

E se considerar que nós fizemos tratamento primário em quem tem fossa e filtro na sua casa, nós chegamos a 78%. Então, a questão dos 10 bilhões, eles pegaram o Plano Municipal de Saneamento Básico, aplicaram a mesma coisa que eu fiz com o PISA, e deu esse valor. Só que eles esqueceram que, nesses anos, o PMSB é de 2015, o DMAE fez vários investimentos. Então, não é esse valor aí. Então, em água, só na Ponta do Arado, já tem contratados 340 milhões. Só tem que fazer essa obra. Era para estar pronta agora, em 2024. Não ficou pronta, porque ficou um ano eles pensando se iriam ou não rescindir o contrato. O esgoto, a mesma coisa. Nós já temos 90% de coleta em rede. Falta ligar essa rede no tratamento e fazer aumentar o tratamento da Zona Norte. Aqui na Zona Sul, está pronto o tratamento para vocês. Em alguns lugares, não vai chegar uma estação, mas vai chegar uma solução individual que o DMAE tem condições de fazer.

A drenagem, a mesma coisa. Só no túnel verde aqui, que pega a Ponta Grossa, tinha 41 milhões. Falaram com vocês desse projeto? Ninguém fala. Poxa, tem que sair esse projeto do papel. Nós tínhamos que estar fazendo isso. Nós, junto com a direção do DMAE, tínhamos que estar fazendo isso, tirando isso aí do papel. As áreas mais alagadas, sabe quais foram? As de menor renda. E quando diz que o mercado regula as coisas, regula mesmo. Todo mundo procurando casa, porque alagou a sua e quer sair da zona que alagou. E quanto é que aumentou o valor dos aluguéis em Porto Alegre, de um ano para o outro? Foram

25%. O salário de vocês aumentou 25%? Não. Então, é isso que eu estou dizendo, que o mercado regula. Regula para ele, não para nós. Então, se não vai haver aumento de tarifa, é um argumento que eles falam. Mentira. Em todos os lugares que houve aumento de tarifa. Em todos os lugares. Eu já vou concluir. Então, o DMAE perde a transparência, porque, na última audiência, um colega nosso disse uma coisa muito séria. Vamos conceder só o esgoto. Vocês sabem para onde vai o esgoto? Da Serraria aqui, vai tudo para o Guaíba. De onde é que nós pegamos a água que vocês bebem? Do Guaíba. Se der errado, vai refletir de volta para nós. Então, na realidade, o DMAE, às vezes, é o primeiro endereço. Vai estar lá uma plaquinha do DMAE, que a pessoa tem o endereço e consegue fazer um crediário. Isso é verdade. Então, eu agradeço a vocês. Desculpe, foi meio rápido, porque não tinha apresentação. Mas, assim, eu quero dizer para vocês que a gente é contra, tecnicamente, politicamente, porque o DMAE tem todas as condições de fazer isso, desde que volte a ser aquele órgão, que chamem do concurso. Nós temos o concurso aberto, com 14 cargos. E vocês estão sofrendo agora, nós estamos com um contrato que não está funcionando, que é de serviço de água, e está demorando mais para as nossas equipes virem, porque não tem gente. Nós estamos de gente e de voltar à nossa autonomia. Obrigado. Boa noite para todos. Assim, pensem e levem isso para a comunidade de vocês. (Palmas.)

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Boa noite. Obrigado, Dona Sandra. Agora vamos passar aqui o Ver. Jonas Reis. O Ver. Jonas Reis presente aqui, antes de nós passarmos a palavra para a população aqui, vamos passar ao Ver. Jonas Reis. Cinco minutos aí.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Então, pessoal, boa noite a todas e todos. É importante dizer o que acontece na cidade. Nós estamos em uma região emblemática, que alaga sempre. Há muitos anos. Há muitos anos, e agora o governo Mello vem dizer que vai fazer a solução. Ele era vice do Fortunati. Eles destruíram o DMAE, não fizeram concurso público, não nomearam os servidores.

Ele estava lá de vice-prefeito. Depois, ele era deputado. Dizia ele que era oposição, mas os cinco vereadores do MDB estavam mergulhados até o pescoço no governo do Marchezan, que ajudou a destruir o DMAE, no sentido de não fazer concurso, sucatear. E aí eu digo para vocês, moradoras e moradores da região: sabe por que o DMAE não atende, muitas vezes, a demanda de vocês na hora em que vocês querem? Porque o DMAE tem 2.500 cargos vagos, e isso está sendo denunciado em todos os lugares. Isso é culpa do Marchezan, do Melo, que era vice, do Melo, que era prefeito. Ele teve quatro anos de prefeito e agora vem dizer que a solução é a concessão, que não deu certo em Uruguaiana, não deu certo em Paris, não deu certo em Atlanta, não deu certo em Berlim, não deu certo em Buenos Aires. Mas agora, com ele, com o chapéu de palha, agora vai dar certo em Porto Alegre, agora ele está dizendo que vai dar certo, que eles não querem chamar de privatização, chamam de uma outra palavra: concessão. Mas é o privado ganhando dinheiro.

Vocês acham que está boa a Equatorial, a CEEE Equatorial? Claro que não está. O povo está reclamando, está tendo oscilação de energia, e ele sequer troca os postes que estão caindo aos pedaços. Você sabe o que vai acontecer quando entrar uma empresa privada? Ela vai usar todos os encanamentos do DMAE e, depois de 20 anos, 30 anos, vai abandonar. Aí nós vamos ter que pagar tudo de novo, porque foram vocês, fomos nós, foram os que já morreram, os porto-alegrenses, que pagaram todo esse encanamento que está aí, toda essa estrutura do DMAE. Aí vão querer, vamos emprestar. Imagina, vou dar um exemplo para vocês: vocês vão lá e montam um supermercado, enchem o supermercado de mercadoria. E aí está lá, recursos, milhões. Aí vocês chamam outro empresário, outra pessoa, aí ela vem e vai: "Ó, vou te dar aqui a chave do supermercado, e agora tu vais vender, vais comprar e vais lucrar." Onde, em sã consciência, nós vamos fazer isso?

Um ente federado como o DMAE, com a riqueza que tem dentro do DMAE, com o conhecimento que tem dentro do DMAE, com tudo o que construíram, vamos entregar para alguém, como fizeram com a CEEE Equatorial, por R\$ 100 mil, gente, R\$ 100 mil. Só as duas estações de transmissão de energia móveis, que

são dois caminhões, foram direto para o Maranhão, porque ela também tem concessão no Maranhão, também foi privatizado. Os dois caminhões valem R\$ 16 milhões. Só aqueles dois caminhões já tiraram um baita lucro, pagaram R\$ 100 mil e levaram, pegaram e botaram a rodar estrada, subiram lá as BRs e foram lá com R\$ 16 milhões.

É uma barbada querer fazer negócio com dinheiro do povo. Isso é dinheiro do povo! Vocês têm que ter coragem, governo Melo, de chamar a população para um plebiscito. Tenham coragem! Vocês não têm coragem de chamar a população para o voto porque sabem que a população vai votar contra a privatização, contra a concessão, porque já viu que deu errado com a CEEE Equatorial. Por isso que têm medo; têm que se esconder na Câmara, se esconder atrás de 23 vereadores que só estão com Melo porque têm secretário indicado dos partidos, subsecretário, CC aqui, CC lá. Entendeu? Essa é a jogada.

Vocês acham que a empresa vai chegar aqui e vai resolver os alagamentos do Guarujá? Se o prefeito, que morava aqui, não resolveu, vocês acham que a empresa privada vai vir resolver os alagamentos do Guarujá, gente? Se o prefeito, que tem residência, que teria interesse imediato em valorizar o seu imóvel, nem ele fez. Então, até pergunto: por onde anda o prefeito Melo, que não tem ido às comunidades falar sobre o DMAE? Ele manda os testas de ferro, os secretários, os adjuntos. Ele não se compromete com fala nenhuma, não se compromete com compromisso nenhum. Ele quer que os vereadores façam lá: “Ah, faça a concessão, venda, venda.” Ele vendeu a CEEE Equatorial quando era deputado e, para concluir, Presidente, ele vendeu e depois, semana passada – vou dizer semana passada, mas foi ano passado, durante a enchente –, ele ligava: “Ah, a CEEE não me atende. Me atende, por favor, a CEEE não me atende. Eu, prefeito, o maior cliente do Município é a Prefeitura, não me atende, não me dá luz.” Essa é a responsabilidade. Mas ele não falou que foi o voto lá do MDB, deputado, pela privatização da Equatorial.

Aí, depois, eles vão lavar as mãos e vão dizer, Ver. Guilherme, que não sabiam que era assim. Eles sempre aparecem depois; eles vestem outra roupa e daí

eles vêm. De repente, ele vai vir sem chapéu de palha, daqui a pouco vai botar uma bota de gaúcho, um lenço. Como o governador, agora, nesta semana: botou um lenço de gaúcho e um chapéu e diz ele que é gaúcho. Afundou o Rio Grande do Sul na enchente, vendeu a Corsan, vendeu a Equatorial e não conseguia nem levar luz depois da enchente para a população, porque a Equatorial não queria botar os postes que a enchente levou. Aí ele bota o lenço, bota o chapéu e diz que não era com ele. Então, é lamentável. Nós somos contra a privatização. (Palmas.)

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Obrigado, Ver. Jonas Reis.

Nós vamos chamar a primeira inscrita aqui, que é contra, a Sra. Denise Moreira, conselheira do OP.

**SRA. DENISE MOREIRA:** Boa noite à Mesa, boa noite a todos os cidadãos e cidadãs aqui presentes. O meu nome é Denise Moreira e eu falo aqui como, ainda, conselheira do Orçamento Participativo da região sul e também delegada da região de Planejamento 6, uma cidadã que participa do movimento ambiental. Bom, muito aqui já foi dito, já estou com adesivos: sou contra a privatização/parceirização. Muito tem se falado sobre esse projeto que será encaminhado, dizendo que o DMAE não será privatizado, será parceirizado. Isso é uma falácia, porque, na prática, o que nós vamos ver é a privatização. Porque nós vamos ter o quê? Uma empresa privada contratando pessoas privadas, ou seja, terceirizando tudo.

Como cidadã, como cliente – para não dizer consumidora do DMAE – o que eu vejo na prática é o seguinte: a gente chama o DMAE para resolver um problema, o DMAE vem. Por que não consegue resolver o problema? Porque vem um funcionário que não sabe o que vai encontrar, que não sabe o que tem que fazer. Por quê? Porque ele não tem uma história ali, ele não conhece o local, ele não sabe o serviço que foi feito antes. Então, ele abre ali a tampa do bueiro, por exemplo, da galeria, e tem surpresa, porque ele não sabe o que foi feito ali, ele não sabe porque faz meio ano que está trabalhando. E isso a gente não quer,

porque isso não nos serve. O que nós queremos é um DMAE forte, como a gente sabe que já foi, um DMAE que tenha funcionário público, sim, concursado, com estabilidade, que tenha a liberdade de dizer: “Eu não concordo com isso, isso não vai dar certo.” Um funcionário que saiba o que está fazendo, que vai de fato garantir o serviço de qualidade.

O servidor público trabalha para a sociedade, ele não trabalha em nome do lucro de uma empresa. E isso nós não queremos, porque o que nós vemos aqui na nossa região é o serviço de podas, por exemplo, que foi contratado, que foi terceirizado com a promessa de que tudo ficaria melhor, mas só piora. Nós não queremos a CEEE Equatorial... Não é CEEE, é Equatorial. A CEEE não existe mais. E o serviço que nos é prestado de energia elétrica é de péssima qualidade. O lugar onde eu moro é aqui embaixo, pessoal. Qualquer ventinho, falta luz. Sabe por quê? Tem um transformador na outra quadra que está velho, que precisa ser substituído, e o técnico já foi ali e já disse: “Isso aqui não serve mais, tem que trocar. Mas a Equatorial não vai trocar, porque a rede é pequena e não dá lucro.” Eles mesmos sabem disso.

E vai acontecer a mesma coisa com esse projeto de parcerização que, na prática, é a privatização do DMAE. Eu sou contra, e eu tenho certeza de que a maioria das comunidades da região sul é contra, porque se manifestam, sim. Nós temos as reuniões do OP, nós caminhamos, nós vamos às comunidades, nós somos moradores aqui e conhecemos a realidade. E nós sabemos que a região sul tem problemas. Toda a cidade tem problemas. Em toda a cidade nós temos problemas, mas, para resolver esses problemas, precisa de investimento público. Empresa privada nenhuma vai investir a menos que dê lucro. E a gente sabe que o lucro se consegue economizando cada centavo. E essa economia é uma economia burra, porque a empresa privada pensa no lucro imediato, não pensa nas consequências daquilo que vem depois. Não está preocupada com a população que vai ter que botar o pé no barro. Não está preocupada com a galeria de esgoto que está entupida. A empresa privada não vai prestar o serviço de qualidade.

Essa privatização não nos serve. Eu sou radicalmente contra a parcerização, contra a privatização. O exemplo aqui das podas, eu quero trazer de novo, porque, como tinha muita reclamação, as empresas foram sendo descredenciadas, e o prefeito muito comodamente só dizia: “Ah, temos muitas queixas, então nós vamos rescindir o contrato com esta empresa terceirizada e vamos contratar outra”. Chegou a um ponto em que não tem mais empresa para contratar na cidade, todas elas já foram contratadas e nenhuma delas prestou o serviço que deveria prestar. Então, a parcerização, a privatização não nos serve. Muito obrigada. Ah, para terminar: eu espero, como cidadã, que os vereadores eleitos no último pleito, de fato, representem a população, porque, aqui, eu tenho certeza, a grande maioria é contra a privatização do DMAE. Vereador que votar a favor dessa privatização não vai nos representar. Obrigada, boa noite.

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Muito obrigado, Dona Denise. Foram quatro contra, vamos chamar mais um contra, Sr. José Carlos Silveira Vieira, da comunidade Juca Batista.

**SR. JOSÉ CARLOS SILVEIRA VIEIRA:** Boa noite, pessoal. Eu sou José Carlos Silveira Vieira, sou morador da 6005, sou conselheiro da saúde e sou delegado do OP também. Eu concordo com a professora, com o pessoal do DMAE aqui, porque nós tínhamos várias coisas boas quando o DMAE estava junto com a gente. Na época tinha funcionários bons, funcionários trabalhadores, que enxergavam tudo como foi colocado, eles conheciam a situação das nossas vilas. O nosso problema sério, aqui na Juca Batista, é que nós temos o arroio que está sendo limpo, e cadê a limpeza? Estão limpando por pedaço, e nós fomos os que mais sofremos na Juca Batista com a enchente, com a água. Nós precisamos dos nossos projetos andando, porque o DMAE tem condições, nós temos vários funcionários bons dentro do DMAE. O Maurício é um dos caras, está ali a Nilda, estão ali os caras que mais estão nos ajudando ali na Juca Batista. Tu pede para os funcionários e eles estão lá. O que era antes, está ficando ruim. Não pode, não pode! Nós recebemos a água que vem da Restinga,

a água que vem da Lomba do Pinheiro, a água que vem do Lami, a água que vem por tudo, e ela cai na nossa região, ali na 6005. Então é muita coisa que nós estamos recebendo. Vem vindo esses esgotos, aqui para a Serraria... Nós estamos recebendo toda a porcaria que vem da cidade de Porto Alegre para cá. Por que não fica para lá, nós temos que receber todas as coisas ruins? Nós, moradores, recém está começando essa discussão, queremos que os vereadores nos deem uma ajuda, e não é só na época em que vão pedir o nosso votinho. Nós trabalhamos para a comunidade. Na minha comunidade, pode entrar em qualquer lugar, o secretário da Saúde, que faz parte da saúde, e ele diz para o prefeito: em qualquer lugar que eu vou, eu encontro o Vieira. Mas eu estou trabalhando para a comunidade. Trabalho de graça. Não é recebendo um centavo. Quando os caras veem que a gente faz as coisas, isso que eu fico brabo... Hoje eu estava conversando com a Nilda e com outro parceiro nosso, o Anderson, nós fizemos as coisas, aí vêm os caras que não nos ajudaram em nada, dizer que foram eles que fizeram. Eu acho que isso é um absurdo. Nós somos contra a terceirização. Eu quero que continue o DMAE fazendo o serviço que ele fazia. Serviço decente, não coisas... Essas firmas que contrataram para tirar a leitura da água, onde eu moro, eu gasto 50 pilas, 60 pilas, aí os caras vão lá: conta de R\$ 9 mil, conta de R\$ 13 mil, conta de R\$ 10 mil. Quem é que vai pagar isso aí? Nós pobres temos condições de pagar isso aí? R\$ 5 mil? Para quem pagava uma mixaria. Olha, eu ajudei, ajudei, fiz campanha, ajudei o prefeito e quero que continue como que era antes. Temos capacidade do DMAE funcionar. A empresa que mais tinha dinheiro, hoje não tem? Eu acho que é um absurdo. Obrigado. (Palmas.)

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Obrigado, Sr. José. Agora nós vamos chamar um a favor, o Sr. Leonardo Carrabba, que é morador, só não diz o bairro.

**SR. LEONARDO HENRIQUE GRIGOLO CARRABBA:** Boa noite a todos, boa noite à Mesa. Gente, vocês me desculpem se eu não falar muito bem, mas eu não tenho tanta prática com a fala em público. Meu nome é Leonardo Henrique

Grigolo Carrabba, eu sou morador aqui há 36 anos já, moro no bairro Espírito Santo, que é um pouco mais para cima, na parte mais alta aqui do bairro. Graças a Deus, a minha casa e a minha região não foi afetada pela enchente. Eu fui colocado aqui como a favor, mas eu quero deixar registrado isso e aproveitar que está gravando, que eu não sou a favor, mas eu também não sou contra. Eu estou neutro, pois eu gostaria de formar a minha opinião, eu gostaria de formar a minha opinião. Então, eu trouxe alguns levantamentos, alguns questionamentos que talvez possam servir para que todos melhorem a sua capacidade de discernir acerca de um tema que é tão sensível e tão importante a todos. Eu gostaria de trazer alguns questionamentos que eu fiz, inclusive, não sei quem é que poderia saná-los em algum momento. Vamos lá. Eu tenho 36 anos, eu lembro que, até alguns anos atrás, a gente tinha algumas demandas sendo atendidas com mais celeridade. E, de alguns anos para cá, parece que está muito mais demorado. É a impressão que eu tenho como morador, como cidadão. Os motivos podem ser vários, como trouxeram aqui os meus antecessores. Talvez falta de investimento, talvez precarização de serviço, talvez falta de contratação, talvez... Mas onde que a gente consegue checar esses dados como cidadão? Eu não tenho vínculo partidário, eu não tenho vínculo político, eu não tenho nada, mas como é que eu posso formar uma opinião melhor, em posse desses dados, para eu saber: "Oh, o DMAE tinha tanto, agora não tem esse tanto." Quem é que deixou de passar o investimento ao DMAE, já que ele é público? Eu sou profissional da saúde, é essencial que a água seja digna e de acesso a todos. Ela evita doenças. Então, nós temos que fazer esse primeiro ponto: onde é que a gente checa esses dados? Acho que é o primeiro questionamento, tanto de quem é a favor, quanto de quem é contra. Onde é que a gente pode checar o dado com confiança? Com confiança, esse é o primeiro ponto. Eu não estou dizendo que os meus antecessores mentiram, em nenhum momento eu estou tentando colocar isso, mas a gente precisa ter posse desses dados. O segundo ponto que eu gostaria de trazer, eu quero só dar um exemplo, meu, prático, e, se precisar, a Mesa, ou até, tem diretores aqui do DMAE, acredito, eu posso passar os protocolos e etc... Faz cinco anos, gente

– eu não estou aumentando, eu tenho as datas e os protocolos para aprovar –, que eu estou pedindo para o DMAE consertar um cano quebrado de esgoto pluvial na frente da minha casa. Cinco anos. Com saída de rato, enfim, outros problemas, cheiro... Cinco anos! Cinco anos! Eu tenho os protocolos, se precisarem, está tudo aqui, certo? Depois que completou cinco anos, foi uma equipe do DMAE, uma equipe terceirizada do DMAE, e faço questão de dizer que é terceirizada para que a gente possa discernir e diferenciar quem é a equipe que é de fato do DMAE - não sei se é assim que se chama -, e uma equipe que é terceirizada, que é paga com recurso do DMAE, mas está dando capital e está dando lucro para outra empresa. Então, eles foram lá, arrebentaram toda a minha calçada, sanaram o problema do cano quebrado, mas a minha calçada está aberta há mais de 4 meses sem reparo. Sem reparo.

Segundo ponto. Alguém comentou aqui da luz, acho que foi a primeira pessoa aqui da mesa - alguém falou da luz. Eu moro na frente da praça da Esplanada. Moro na frente, casa da frente. Faz cinco anos ou seis anos que faço protocolos naquele aplicativo que tem da empresa ganhadora, e todos os protocolos que peço para troca de uma lâmpada na praça são ditos como resolvido, e nem a equipe vai - nem a equipe vai. Tenho todos os protocolos com base nos aplicativos da Prefeitura e no aplicativo da empresa, que é a IPSul, se não me engano. Então, esse é outro ponto.

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Leonardo, a gente precisa que você conclua.

**SR. LEONARDO HENRIQUE GRIGOLO CARRABBA:** Terceiro ponto. Vou concluir. As revisões das contas que foram ditas das empresas aqui, dos moradores, dos cidadãos, estão incabíveis. Esse é só um ponto extra aqui, pois faz mais de ano que estou tentando reaver débitos das contas que estão duplicados ou triplicados. E eu só gostaria de terminar com duas perguntas, por gentileza, se a Mesa puder me dar esse tempo, que é, quando houver, numa eventual sessão, quando houver, se houver, quem vai pagar se tiver um

resserviço? Quem paga? A empresa ou o DMAE de novo, com o dinheiro do meu imposto? Quando houver um resserviço, executaram errado, a empresa executou errado? Eu quero saber quem paga, porque isso é fundamental para eu poder montar a minha opinião. E, por último, eu gostaria de saber, acho que foi uma das primeiras pessoas que levantaram aqui, desculpa, foi um rapaz magrinho que estava aqui na frente, eu não peguei o nome. Ele falou sobre a possibilidade de plebiscito, e isso me chamou a atenção. Existe a possibilidade de levantar um plebiscito? E pergunto com total educação, pois isso eu acho que é um instrumento que cabe a nós para um tema tão sensível. Que é aumentar o debate público. Muito obrigado, e espero que as minhas dúvidas possam ser respondidas. Obrigado a todos.

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Obrigado, Leonardo. A gente vai esperar o Leonardo poder se deslocar com calma ali. Pode ficar tranquilo, tá, Leonardo? E nós vamos chamando já o terceiro inscrito, contra, Guilherme Toledo Barbosa. Está aqui só o cidadão, não colocou o local. Guilherme Toledo Barbosa. Ex-vereador de Porto Alegre, Porto Alegre, satisfação. Obrigado, viu, Guilherme? O senhor pode falar?

**SR. GUILHERME TOLEDO BARBOSA:** Boa noite, pessoal. Eu fui vereador 12 anos. Cumprimento toda a Mesa. Senhores vereadores e representação do governo municipal. Fui diretor do DMAE, para minha grande satisfação e fui também secretário de obras. Então, na região de toda a nossa cidade, andei bastante nas reuniões do Orçamento Participativo. Eu quero pedir licença para ler uma notícia, eu guardei aqui, é uma notícia interessante para esse tema que a gente está discutindo. Foi publicada no Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, que é um dos maiores jornais junto com o Globo, no dia 14 de dezembro de 24. A manchete diz assim: “Agensersa, que é a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Rio de Janeiro, Agensersa autoriza aumentos de 9,83% a 14,83% para as tarifas de água e esgoto das quatro concessionárias do Rio de Janeiro.” O IPCA, ou seja, a inflação, foi de 4,9%. Olha só, a inflação 4,9% e a

---

agência de lá autorizou aumento de 9,8% a 14%. Ou seja, do dobro ao triplo. Isso é só no Rio de Janeiro? Não, senhores. É no mundo inteiro. Existe um órgão que é centrado na capital da Holanda, Amsterdã, cujo título é TNI, Transnational Institute, que estuda a administração pública no mundo inteiro, todos os tipos. E o relatório de 2023, em dezembro de 2023, já trazia que 1.700 serviços no mundo inteiro tinham sido reestatizados. E a maioria exatamente de saneamento e energia elétrica. Em mais de 50 países, Estados Unidos, Canadá, França, Inglaterra e por aí vai. Argentina, as capitais importantes já foram citadas aqui. Buenos Aires retomou o serviço. Paris retomou o serviço. Berlim retomou o serviço. Gente, é no mundo inteiro. E por que acontece isso? Por três motivos. Também se repetem, vereador Ustra, aumento de tarifa, perda de qualidade de serviço e baixo investimento. Porque a empresa privada, ela se constitui por lucro. Não tem preocupação com qualidade. A Equatorial tem qualidade? Não. Só quer lucro. E por quê? Tem concorrência na Equatorial? Vai ter concorrência? Eles usam um título bonito. O DMAE não vai ser vendido. Sim, de fato não vai ser. Mas vai ser uma concessão. Quem vai fazer o abastecimento de água e a coleta do tratamento de esgoto vai ser uma empresa privada. Então, vamos privatizar o serviço. Não adianta vir com esse papo: Não, é concessão. Não, o serviço vai ser privatizado, sim, em Porto Alegre.

O DMAE vai fazer, em dezembro, 64 anos. E passaram por esse DMAE muitos prefeitos de todos os partidos. Muitos diretores gerais de todos os partidos. Vereador Ustra, eu andava junto com o vereador Dib nos eventos do Simpa, defendendo o DMAE. Eu e o *Dib*, com toda a nossa diferença política, nós estamos juntos nisso. E o Dib foi duas vezes diretor do DMAE, além de prefeito. E, de repente, quando chegou, e um diretor sempre melhorando o serviço do DMAE, sempre, sempre aumentando o serviço e melhorando, até que chegou o prefeito Marchezan Júnior com a ideia pré-estabelecida de vender o DMAE, e parou o investimento do DMAE. Está recebendo uma multa milionária do Tribunal de Contas, porque ele não poderia ter feito isso. O prefeito, e ele chegou a escrever, Marchezan, no processo. O prefeito Melo não escreveu no processo, mas baixou a mesma determinação. No dia 30 de abril de 2024, às vésperas da

inundação, o DMAE tinha aplicado um sistema financeiro. Vejam só, Leonardo, que disse muito bem, saneamento é uma questão de saúde pública. Saúde pública! Onde tem saneamento, tem muito menos doença. Pois, no dia 30 de abril de 2024, havia aplicado no sistema financeiro pelo DMAE R\$ 430 milhões. Em vez de fazer as obras, porque quando chegou o Marchezan, voltou a faltar água em Porto Alegre. Quando a gente virou para esse século, no ano 2000, Porto Alegre já era considerado com abastecimento de 100%. Menos nas áreas irregulares, porque não pode. Mas no resto já tinha 100% de abastecimento. Já tinha atendido o portão de saneamento. Já estava com o valor que tem que estar em 2033. E voltou para trás com o Marchezan e com o Melo. E na coleta de esgoto, nós já estávamos, já tem estrutura construída nessa cidade de 80%. Falta aumentar a coleta e o tratamento, mas já tem estrutura para isso. Então, aí todo mundo aumenta. Alguém acha que a Equatorial está bem? Eu acho que o prefeito, e encerro com isso, dizendo que eu acho que o prefeito Sebastião Melo não gosta do Porto Alegre. Veio para a nossa cidade para destruí-la. Primeiro, ele votou a favor da privatização da CEEE, estamos sendo infernizados pela equatorial. E agora ele quer vender o DMAE ou privatizar o serviço, melhor dizendo assim, quer privatizar o serviço para nos infernizar com um assunto ainda mais importante para a nossa saúde, para a nossa vida, que é o saneamento. Muito obrigado, boa noite. (Palmas.)

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Obrigado. Esse foi o eterno vereador Guilherme, desculpa não o ter citado antes aqui, tá ok? Obrigado. Agora vamos chamar o Sr. Lucas Tarragô Carvalho Neumann, morador. Cinco minutos.

**SR. LUCAS TARRAGÔ CARVALHO NEUMANN:** Olá, boa noite a todo mundo que pôde estar aqui presente hoje essa noite; eu me chamo Lucas Tarragô Carvalho Neumann, sou morador aqui do bairro há mais de 20 anos, também sou administrador público, e acho que é uma vergonha, assim, o que a gente vem observando, de audiência atrás de audiência, o que a Prefeitura vem

apresentando para o povo. A gente está cansado de ouvir: “Ah, não é privatização, é uma concessão, é um...” Mas uma das primeiras coisas que a gente aprende na universidade, ao estudar administração pública, é os tipos de privatizações. Então são as concessões, são as parcerias público-privadas, é a completa entrega do patrimônio público para o ente privado. O ente privado não vai priorizar a qualidade, não vai priorizar a melhora do serviço. E a gente sabe que sempre começa assim, sempre começa: “Não, agora vai ser só um pedacinho ali do DMAE, vai ser só um cantinho, não vai ser uma entrega total”, mas vai de pedacinho em pedacinho que vai sendo entregado o patrimônio que é nosso, que é da nossa cidade, do nosso povo, que é tão importante para garantir o saneamento básico, o tratamento da água aqui na nossa cidade. A gente tem visto como não é a prioridade aí nos últimos anos, há mais de 20 anos que moro aqui nessa região, e a gente viu do Fortunati, do Melo, do Fogaça, do Marchezan, é a mesma política, é a política de entregar para quem botou o dinheiro na campanha e depois ganhar o benefício. Não é para o interesse na melhoria da qualidade do serviço ou interesse do povo. E se a Prefeitura acreditava que não tinha capacidade de gerir o DMAE, de gerir a nossa cidade, por que se candidatou? Por que se colocou a serviço? (Palmas.) A gente tem visto, é pura incompetência. A gente já viu na gestão passada. Qual que era a solução para a educação? Escândalo atrás de escândalo. Qual que foi a solução para a habitação social? É a parceria com a criminosa Pousada Garoa. E agora a gente está vendo um ataque diretamente ao serviço de água da nossa cidade. A gente não pode deixar isso calado. Então por isso é importante denunciar o que está acontecendo aqui na nossa cidade. A gente tem visto aí no mundo inteiro, mesmo essas cidades na Europa, nos Estados Unidos, que tanto defendiam essa liberalização de entregar para o patrimônio privado cumprir, estão revertendo, estão voltando, reestatizando esses serviços, porque, de fato, eles não estão preocupados com a qualidade do serviço, a qualidade da entrega para o nosso povo. E a gente tem visto, sempre falam: “Ah, não, mas gasta muito, não tem qualidade...” Mas a gente vê, o próprio DMAE é superavitário, a gente já viu gestão após gestão utilizando o caixa do DMAE para cobrir outras

despesas da Prefeitura. A gente está cansado de ver isso, de tentar enganar o povo. A gente não é bobo. Então a gente está vendo, audiência atrás de audiência, o povo se posicionando, dizendo que o povo é contra a entrega de um serviço que é tão caro para a nossa população.

E, para concluir, então estamos aqui para fazer, mobilizar, de fato, se quisesse ouvir o povo chamaria, por exemplo, um plebiscito. Enfim, é meio triste ainda a gente ver hoje, essa audiência está tão esvaziada, especialmente se não fosse pelo Simpa divulgar – um dos princípios da administração pública é justamente o princípio da publicidade –, se não é o Simpa divulgar, que vai ser aqui, quem é que ia saber? É tudo feito às escondidas, para ninguém saber, para ninguém participar. Então a gente tem que defender o que é nosso, e não queremos a privatização do DMAE. Não queremos, somos contrários a esse tipo, a qualquer tipo de privatização que ela seja, seja parcial, seja total, seja concessão. A gente quer que, de fato, se tenha uma capacidade, se pense para o melhor do serviço público. A gente viu, das gestões anteriores, reduzindo o quadro do DMAE para justamente depois justificar a entrega do patrimônio para algum setor privado. A gente está vendo, a gente viu ano passado, qual que é a solução da Prefeitura. A gente produz ciência aqui nas nossas universidades públicas, aqui do nosso Estado, que pensam como melhorar a vida do nosso povo, e o prefeito está mais preocupado em entregar dinheiro para o capital estrangeiro, para consultoria holandesa, europeia, do que quem, de fato, vive a nossa realidade.

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Para concluir.

**SR. LUCAS TARRAGÔ CARVALHO NEUMANN:** Vou agradecer a todo mundo que esteve presente aqui. O DMAE é público e continuará público. (Palmas.)

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Agora nós vamos chamar uma moradora que se inscreveu a favor, que é a Sra. Cléia Dutra Rocha, moradora aqui do Guarujá; Cléia Dutra Rocha.

**SRA. CLÉIA DUTRA ROCHA:** Boa noite, sou Cléia Dutra Rocha; bom, gente, eu nem estava preparada em falar, não tinha pensado em falar, mas eu acho que nós não podemos deixar... Quanto à concessão ou não, eu acho que não tenho suficientes dados ainda. Mas, assim, eu só não posso deixar de me manifestar ouvindo tanta coisa negativa. E eu acho que tem pessoas que só sabem reclamar. Então, assim, eu estava ali sentada muito desconfortável, porque a reclamação está sempre em primeiro lugar. Nós acabamos de ter todo um apoio, durante 30 dias, do DMAE, resolvendo o problema do Guarujá, e ninguém dos antecessores foi capaz de reconhecer isso. É impossível, eu não consigo sair daqui olhando para os servidores e não reconhecer a presença do Paulo Quintana, que resolveu o nosso problema, e eu tenho certeza que vão acontecer as obras assim que o Guaíba baixar, porque, antes disso, não tem como fazer fundação na beira do Guaíba sem que o Guaíba baixe. Infelizmente, o Guaíba não está baixando. Mas isso, digamos, a responsabilidade não é da Prefeitura, porque não cabe à Prefeitura aquela dragagem, que isso é do Estado. Então, assim, eu preciso agradecer ao DMAE. Também não tenho nada contra a Equatorial. Para nós, nunca mais faltou luz, e se falta luz é uma questão de fase, mas ali na quadra ímpar da Jacipuia, só que eu não falo só por mim; realmente melhorou para mim, na minha concepção, mas dos meus vizinhos do lado ímpar também melhorou. Não tivemos mais problema de falta de luz. A não ser na época da enchente que foi realmente desligado por questões de segurança. E, assim, são sempre contra a privatização. Quem é daqui dos que falaram?

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Cléia, só um minuto. Pessoal, vou pedir silêncio, por gentileza, tem conversas paralelas. Nós estamos ouvindo todo mundo. A Cléia está tentando falar aqui, está ok?

**SRA. CLÉIA DUTRA ROCHA:** Eu não falava quando vocês falavam. Então, assim, dos que são contra a privatização, eu disse que ainda não tenho fechado uma posição, mas quem não tem celular aqui? E eram contra a privatização da CRT. Entende?! Então, assim, por favor, gente.

(Manifestações fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. CLÉIA DUTRA ROCHA:** Não, não tem nada a ver, não; tem tudo a ver, tudo a ver. Tá. Ok?! Ok?! Então, assim, agradeço ao DMAE, apoio e contem comigo para qualquer coisa. (Palmas.)

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Vamos chamar agora a Sra. Lourdes Zilli de Souza, que é presidente do Recanto da Taquara. Lourdes Zilli de Souza, presidente do Recanto da Taquara. Cinco minutos. Só dizer o nome aqui, por gentileza, e começar.

**SRA. LOURDES ZILLI DE SOUZA:** Boa noite a todas e a todos, todos os presentes; bem, meu nome é Lourdes Zilli de Souza, sou uma voluntária há mais de 50 anos nesta região, ou até mesmo na cidade, porque fui conselheira da saúde por quase 15 anos, e quero dizer para vocês que se tem alguém que conhece esta cidade sou eu. Acho que deu para vocês perceberem o pessoal aí. Mas a gente aqui tem o entendimento, sim, que todas as tentativas são válidas, só que, agora, para nós, concessão ou privatização não é para este momento. O que é que nós estamos enfrentando? Falta de qualificação das pessoas, de muitas pessoas que estão nas instituições, que precisam ser melhor qualificadas. Precisamos que os vereadores estejam mais atentos às necessidades da comunidade e não ir lá aceitar qualquer projeto que chegue à Câmara e seja aprovado, sem que a comunidade saiba disso. E o que está acontecendo na nossa região, como foi muito citado aqui a Equatorial? A Equatorial está deixando pegar fogo nesses condomínios da Minha Casa, Minha Vida e chegam pessoas sem qualificação lá e não atendem as pessoas. Pode morrer todo mundo e ninguém, nenhum vereador é capaz de derrubar esse condominial. Como vai acontecer com o DMAE, pessoal? Não vamos permitir essa privatização, porque nós temos pessoas qualificadas no DMAE e aqueles que não são, que se qualifiquem e tragam mais engenheiros, mais técnicos e que

instruam seus, como é que se chama, seus auxiliares que tiram leitura, que vão tratar com a comunidade, porque a comunidade não é boba, a comunidade é educada, a comunidade é parceira. Agora, queremos respeito, como eu sempre digo para o prefeito Melo, respeito, respeito em tudo e em todos os lugares que estamos, porque o que está acontecendo na nossa região, gente, não é pouca coisa. E o que a nossa região votou agora no nosso FROP – Fórum Regional do Orçamento Participativo –, do Orçamento Participativo? Eu sou presidente da comunidade, estou na final de uma regularização e agradeço ao DMAE que foi lá e botou água na minha comunidade. Hoje temos água legítima, agora aguardamos limpezas de valas. E eu vou dizer para vocês e serve para os vereadores que fiquem atentos à nossa solicitação e reivindicação deste ano. O que é que nós pedimos para o FROP, Orçamento Participativo? É dragagem, drenagem, habitação, tudo o que vem de encontro à população. E o Plano Plurianual, Srs. Vereadores, é desobstruir valas, limpar as bacias, desobstruir a orla do Guaíba. Esse é o nosso Plano Plurianual da região sul para este ano de 2025. Então, queremos a parceria dos vereadores, porque nós os elegemos para ir lá, para trabalhar para nós, não é para a Prefeitura, não é para o privado, não é para ninguém, é para nós, cidadãos. E é para isso que pagamos impostos altos, e é isso que queremos. Temos pessoas que tentam nos auxiliar, como aqui está o Mauricio Melo. Agora, se não tem uma sustentação lá, que vá delegar ações para nós, não resolve. Como nós não conseguimos acessar uma autorização para o secretário do DMAE ir lá desobstruir uma vala, onde atinge até a Juca Batista, ali, onde é a minha comunidade? As pessoas perderam até carro. Mas o que é isso, gente? Está faltando atendimento para nós da região sul. É esta sustentação que não estamos tendo. Eu acho que teremos que ter mais presente Câmara de Vereadores e governos analisando tudo o que nós encaminhamos de necessidade do povo. É o povo que comanda, é o povo que manda, e é para o povo que tem que ser trabalhado contra a privatização, concessão, qualquer coisa, ação pública. (Pausa.) Obrigada.

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Obrigado, Sra. Lourdes. Agora inscrito. Escrevemos a favor aqui, mas, na verdade, deve ser neutro, não é? É o Sr. Klaus Hanisch Schuch. É isso? Morador.

**SR. KLAUS HANISCH SCHUCH:** Meu nome é Klaus. Eu sou morador do Espírito Santo já há mais ou menos uns 15 anos. Quero agradecer à Mesa e também a participação de todo mundo aqui da região. Eu, particularmente, não fui atingido pela enchente, eu só realmente participei nos resgates, principalmente na Zona Norte de Porto Alegre. Como o Ver. Ustra comentou, eu tenho uma posição mais neutra, porque, assim como o Leonardo comentou antes, a gente tem que entender que a política em si tem que prezar pelo bem comum. E o DMAE, o acesso à água, saneamento básico, também é isso. Eu, particularmente, tenho uma posição política, e eu não tenho problema nenhum em dizer ela, que é a mais à direita, mas eu entendo que, a partir da discussão que foi trazida aqui pela apresentação dos técnicos do DMAE é que a gente vai ter uma legislação federal, onde, infelizmente, Brasília legisla sobre 80% do que compete o Brasil, que vai meio que impor essa questão de investimento privado. Ou seja, é interessante, a partir do DMAE, ter esse investimento privado. A grande questão, e eu vi isso, acompanhei muito a privatização, a concessão, no caso da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – é a questão de metas, que eu não vi clareza aqui na apresentação. Quais são as metas estipuladas nesse contrato, a partir da concessão do DMAE, feita pela Prefeitura, e a própria regulação que a Prefeitura irá fazer, caso o projeto saia do papel. Além disso, e isso é do jogo, acho que é uma questão de jogo também, a gente também, muitas vezes, a gente cobra demais o Executivo, e acabamos deixando de lado o papel tanto do Judiciário, quanto do próprio Legislativo. É muito fácil, o Ver. Jonas Reis veio aqui, tudo bem, tem uma posição política divergente da minha, muito fácil vir e fazer proselitismo político, mas não fazer a fiscalização adequada acima do projeto. E, depois, caso seja feita a concessão do DMAE, que seja feita a fiscalização adequada, que seja cobrado, seja no Tribunal de Contas do Estado, seja feita a fiscalização no Judiciário, porque

senão, desculpa, é muito fácil, e eu confesso, eu fui candidato ano passado, aqui Porto Alegre, é muito fácil aparecer em ano eleitoral, pedir voto, e depois, na hora do vamos ver, e representar a população, de fato, fiscalizando o Poder Executivo, não fazer nada. Porque senão, a gente fica à mercê de só proselitismo político, só a discussão de direita e esquerda, e, no final, a questão essencial, que é o resultado final, que é pagar a conta mais cara... Eu também já deixo esse questionamento: a conta vai subir, com essa concessão? Ou não vai? Porque eu concordo com boa parte do pessoal aqui, quando diz que a Equatorial está um lixo. Está um lixo. Está uma porcaria. Só que eu não vejo nenhum deputado estadual, que são 55, se eu não me engano, fiscalizando isso. Alguém lembra em quem votou na última eleição? Eu lembro. Aí se faz CPI, aí vira todo um palanque político, aí ataca fantasma aqui, fantasma lá, mas não resolve nada. E a gente fica à mercê disso. E vira um teatro, porque política é um teatro. Eu tenho 26 anos e estou falando isso, eu moro há 15, então eu praticamente me criei na região, conheço algumas partes, outras ainda não, mas fica esse proselitismo político, e, no final, a gente... tem senhores aqui de 70, 80 anos que moram aqui, e, no final, não tem o atendimento adequado, o saneamento básico adequado. Então eu só queria deixar esses questionamentos à Mesa, eu tenho uma posição mais neutra. Eu entendo, particularmente, que a gente tem que avançar nesse tema, eu respeito demais o trabalho do DMAE, particularmente eu sei que é necessário, só que eu acho que é uma coisa que também a gente não destaca aqui. Se colocou muito a culpa do Marchezan e no Melo, mas a gente vem também de um governo Fortunati, que infelizmente o DEP – Departamento de Esgotos Pluviais – foi totalmente sucateado e roubado, e caiu na conta de vocês também, isso é fato. Milhões de reais roubados, Carris roubada, a própria questão da Prefeitura, na época do Marchezan, totalmente quebrada, então querer cobrar investimentos de uma Prefeitura que não tem recursos fica complicado. Assim como eu entendo que, a partir dessa parceria público-privada que tem um prazo, possa, sim, ter investimentos e atender boa parte da população. Eu conheço ruas aqui em Porto Alegre, na Restinga e na Lomba do Pinheiro, que até hoje as pessoas estão há 30, 40 anos, não tem asfalto e não

tem esgoto. E aí eu digo, com todo respeito, é público, o DMAE é público. Por que não chega? É por questão de sucateamento? É por questão de falta de interesse político? É por quê...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. KLAUS HANISCH SCHUCH:** Também, exato. Eu vejo da mesma maneira, e eu estou aqui como cidadão também. Só que a grande questão é a seguinte: a gente vai ficar realmente sempre refém desse discurso? Aí vai ter mais esse governo Melo logo mais finalizando, e a gente não avança na pauta. Então, só queria deixar essa opinião, como cidadão, e eu espero que possa ser respondida, principalmente, a questão das metas, que eu acho que é essencial, e, obviamente, também a questão do valor final para o cidadão. Obrigado. (Palmas.)

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Obrigado, Sr. Klaus. Não tendo mais ninguém da comunidade inscrita, nós... Ninguém mais inscrito, Diego? Não? Nós vamos passar, então, para os 10 minutos do Simpa, para eles concluírem aqui a participação nessa audiência pública.

**SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA:** Boa noite a todos: à Mesa; ao Ver. Ustra; ao Luiz Afonso, diretor-legislativo; ao Gelson Guarda, representante do governo; ao Carlos Silveira, representando o DMAE. Eu acho que o diálogo, o debate, a expressão estão sendo bastante importantes nessa audiência, no sentido de fomentar o debate sobre uma questão de interesse público que é a questão do DMAE, do saneamento na cidade. E qual é o debate que a gente faz aqui? Essa não é, realmente, uma questão partidária. É uma questão de opção de interesse público ou não. Porque o que a gente está debatendo aqui é o interesse público *versus* o interesse privado. Por que eu faço essa fala? Porque o serviço público existe para atender sem visar o lucro, e sim tendo como meta atender a demanda, oferecer o produto ou atender aquele serviço seja qual for. Em cima

disso é cobrada uma taxa, uma tarifa, para manter e aprimorar o serviço. O privado, o que ele almeja? Ele vai fornecer ou prestar um serviço para ganhar em cima disso. Então não tem como o serviço privado custar menos que o público, porque o público só vai cobrar aquilo que custa, enquanto o privado vai cobrar, além de um custo maior, que, no caso, são impostos que o DMAE não paga, encargos sociais, também os dividendos dos seus acionistas. Tanto a Aegea como qualquer empresa dessas áreas são fundos de investimento; por exemplo, um dos bancos que é sócio da Aegea, que é o Itaú, não vai colocar no investimento um centavo seu. Então quando se diz aqui que o público não tem dinheiro, não está se dizendo exatamente a coisa. O parceiro privado vai buscar junto ao BNDES o dinheiro, com quatro, cinco anos de carência e juros de avô para neto, para daí começar a pagar. Por que o DMAE, por que a Prefeitura hoje não faz uma reflexão ouvindo o que está acontecendo, e há tempo para isso, e apresenta para o BNDES um pedido de um estudo do DMAE público, o que é preciso fazer para investir e para melhorar? Quando foi feito para o BNDES esse pedido, foi feito o quê? O parcial e o total, não foi feito o público. Portanto, há que se corrigir isso aí, se o debate é no sentido de atender o interesse comum da população. E o que acontece? É verdade, vai ficar uma parte do DMAE captando e tratando a água, e vendendo para o parceiro, para o sócio – no caso, para a empresa privada –, durante um período de 35 anos; mas se a gente pegar o montante arrecadado pelo DMAE no ano passado, de receita, R\$ 1 bilhão, seriam R\$ 35 bilhões, sem falar em aditamento de contrato. É bem provável que esse parceiro, no primeiro momento, não vá aumentar a tarifa, por quê? Porque vai ter um tempo, um prazo para pagar junto ao BNDES o valor de outorga – valor de outorga, para quem não sabe, seria, digamos, a meação que o parceiro privado vai repassar para a Prefeitura aplicar em outros serviços, em outras áreas, ou mesmo nessa área aí – e vai começar a pagar daqui a cinco anos, quatro anos, só que vai começar a arrecadar no outro mês, no outro mês vai começar a arrecadar. Eu tenho certeza que não vai ser terceirizado como está atualmente, a empresa privada costuma ela controlar o seu caixa. O que acontece no DMAE hoje é o seguinte, o DMAE há oito anos... Dá para se dizer

alguma coisa antes disso? Dá para se dizer, por exemplo, quando se terceirizou a leitura, que é isso que o pessoal reclama, que casualmente só erra para mais, nunca erra para menos a leitura, o custo dela, ali começou a abrir mão do controle da relação com a população, do seu caixa, tanto é que tem esse número que a própria colega Sandra citou aqui, de 52 mil contas. Aí tem uma questão interessante, por exemplo, o DMAE fez concurso para assistente administrativo no ano passado; por que não nomeiam pessoas para acelerar a revisão dessas contas? Isso seria interesse do DMAE e da população. A questão da prestação de tempo de serviço. O DMAE tinha, há dez anos, algo em torno de 25% de perdas d'águas, hoje o DMAE chega a quase 40%. Por que aconteceu isso? Não é porque o DMAE é público, é a forma como o DMAE tem sido gerido. E qual é a questão? É o enfoque em encaminhar o DMAE para o processo de concessão, privatização. É esse que é o foco, não é o foco de atender a população, e isso não é uma questão de maldade, é uma opção de se fazer um negócio. Só que eu acho que a opção que tem que se fazer agora de negócio, é um negócio que atenda o interesse da população com menor custo e com qualidade, e, como foi citado aqui, as empresas terceirizadas, quarteirizadas que trabalham por aí, que vão trabalhar também para o parceiro privado, são empresas que trabalham com uma remuneração baixíssima, há um alto rodízio de mão de obra, porque é um serviço penoso. E o que que acontece? O conhecimento, que exige anos para se obter, ele não se acumula, ele é repassado, e a gente vê isso na própria situação da terceirização do DMAE. O que o DMAE sofre dificuldade é a questão do rodízio contínuo, da dificuldade de atendimento, da qualidade da mão de obra, sem falar na deficiência de servidores. Como foi citado no dado aqui, nós somos menos de mil servidores, o DMAE teria condições hoje, tomando uma decisão política, de passar a nomear todos os concursados que foram aprovados, nos concursos do ano passado, e em pouco tempo começaríamos a ter outra qualidade em relação ao serviço.

Quanto à questão do terceirizado fazer o serviço remunerado, o DMAE, muitas vezes é um resserviço, muitas vezes os servidores restantes do DMAE, em especial de áreas operacionais, refazem o serviço. Não é uma questão de

maldade da empresa, é a dificuldade das pessoas que trabalham para as empresas que, além de mal remuneradas, não têm o conhecimento adequado. Então isso não é uma questão de interesse público, é uma questão de interesse do serviço, e não digo que é feito isso por maldade; como o foco é fazer o negócio caminhar, então não se tem atenção a isso.

Por que a gente diz: “Prefeito Melo, deixe o DMAE trabalhar?” Porque o DMAE, pela própria área que tem, ele sabe o que fazer, ainda tem o conhecimento acumulado para fazer, e a gente não pode perder isso, quando a gente fala, a gente não está falando no sentido dos servidores, nós temos consciência que os servidores trabalham para a população, mas sim do interesse público, que é para quem nós trabalhamos, que é o conjunto da população. Uma série de dificuldades que o DMAE passa hoje, não precisaríamos estar passando. Então é preciso que haja essa decisão, e a melhor decisão seria, com todo respeito, a retirada desse projeto, o encaminhamento ao BNDES de um pedido de estudo para o que fazer para o DMAE investir, e essa questão que foi citada de 3 bilhões, o parceiro privado não vai colocar. O DMAE pode conquistar isso como conquistou para fazer o Pisa, como conquistou para fazer a Ponta do Arado, que também já poderia estar pronta, mas não está ainda, e assim como a proteção da ETE Sarandi, que só recentemente foram tomadas medidas para corrigir e voltar a operar. Então, são questões de decisão. Se o foco for a população, nós temos certeza, e aí não é uma questão partidária e nem ideológica, é no sentido de atender o bem comum, que é para isso que qualquer gestão é eleita: retirar esse projeto da Câmara e fazer um estudo que mantenha o DMAE público e estatal, com as condições necessárias, não só de corpo de funcionários – porque isso é muito simples, é só chamar os concursados –, mas também em nível de viabilizar, em preço, para aquelas áreas onde existe um investimento mais pesado, para que possa ser pago ao longo dos anos. Esses 100 milhões que foram citados aqui são prestações, uma prestação que o DMAE pode pagar, assim como a empresa privada vai fazer para atender, só que o DMAE, com certeza, vai atender com qualidade, enquanto o privado vai ter dificuldade, vai remunerar mal os seus servidores e ter como meta arrecadar e ganhar com essa

necessidade de toda a população de ser atendida na questão da água e do saneamento.

Na questão da água, como foi falado aqui, é verdade, 99% das áreas urbanizadas regulares são atendidas, há problemas de não regularidade, que tem uma coisa que extrapola o DMAE, que é a questão do DEMHAB de política habitacional, há outras questões, as mais variadas possíveis, mas, enfim, essa é uma luta que nós entendemos não só dos servidores, enquanto Simpa – Sindicato dos Municipários –, que a gente vem há oito anos fazendo, que agora vem a público, e a gente está aproveitando essa questão das audiências públicas para poder fazer a conversa com a população, pedir que todos repassem a discussão, que façam, porque é muito importante. A gente tem que ter uma cidade onde o prefeito tenha mecanismos de executar a política pública, e isso se dá através da existência de serviço público estatal, e não com serviços concedidos, privatizados ou conveniados, porque aí vai ser uma gestão refém de contratos, e contratos não se rompem assim, estão assegurados no contrato uma série de precauções para garantir ao parceiro privado que ele possa se endividar e vir a lucrar com isso aí.

Então não é um debate ideológico, é um debate de eficiência, e está comprovado por tudo que foi falado aqui, pelas experiências que vocês veem, que não é eficiente esse modelo. Ele é um modelo que não consegue atender a população, que tem dificuldades em cumprir com o seu objetivo, e que causa toda uma aflição à população, um sofrimento desnecessário. Se esse foco fosse atender a população e fosse manter o DMAE público estatal, não estaria a população hoje passando por uma série de dificuldades de atendimento, uma série de dificuldades de não saber o que vai acontecer. Então há tempo de rever; como a gente tem dito, na vida, quando a gente toma um caminho e vê que não é o melhor caminho possível, a gente pode ajustá-lo, isso não é vergonhoso, é uma coisa honrosa, inclusive.

A melhor decisão que nós entendemos que o governo poderia tomar neste momento é fazer uma reflexão, retirar esse projeto e realmente atender o interesse da população, cotejando aí, sim, o estudo do BNDES, com o previsto

DMAE público estatal e o DMAE parceirizado. Nós temos certeza que esse estudo iria dizer o quê? O DMAE público estatal vai custar menos e vai ser mais eficiente. Obrigado e não à privatização, concessão do DMAE.

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Obrigado, Sr. Edson Zomar Oliveira, diretor do Simpa. Agora nós vamos passar a palavra, para o encerramento, para o governo/DMAE, por 10 minutos.

**SR. GELSON GUARDA:** Antes de nós terminarmos, eu só gostaria que os presentes ouvissem um áudio.

(Procede-se à reprodução de áudio de celular.)

*Certa feita, alguém me diz: “Mas Silvio, o governo tem preconceito com quem produz, o governo tem preconceito com a iniciativa privada”. Não é verdade, se tem um governo que dialoga com o setor produtivo brasileiro, é o governo do Presidente Lula, tanto é que o ano de 2024, como foi também em 2007, no governo do Presidente Lula, nós tivemos o maior volume de concessões da história do Brasil. Em 24, concessões em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias... (Ininteligível.) ...minas e energia, então, assim, isso tudo tem gerado riquezas e oportunidades para o povo brasileiro. [Alterna orador.] Muito bem, nós conversamos com o ministro Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos.*

(Manifestações na plateia.)

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Pessoal, a gente ouviu todo mundo, sem manifestação, por gentileza, agora é a vez do governo; senão, toda vez que estiver interrompendo, nós vamos repor o tempo.

**SR. GELSON GUARDA:** Eu só botei uma manifestação do ministro do governo do Lula, mas eu saio daqui feliz, porque o Vieira disse, com propriedade, elogiou

o Maurício, elogiou a Nilda, e que realmente fazem um baita trabalho aqui, e foram colocados aqui pelo governo Melo. O Melo disse, na sua campanha, e ele mantém a palavra, que ia fazer isso. Sessenta e cinco por cento da população aprovou o governo Melo, e ele é novamente o nosso prefeito. Aí quando falam aqui que...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

**SR. GELSON GUARDA:** Eu fui educado com todo mundo, por favor, por favor. Disseram aqui que se passaram quatro anos e o governo não fez nada. Passaram 16 anos de um governo que não fez nada, não botou uma pá em cima dos diques. O governo Melo, hoje, vocês podem ir e verificar, todas as casas de bombas com portas e diques foram ou estão sendo mantidas – todas! Os diques estão sendo aumentados, mas vamos lá.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. GELSON GUARDA:** Saco de areia, sim, olha se nós botássemos muito mais saco de areia, a água teria passado por cima deles também. Então, eu passo para o pessoal do DMAE, que são técnicos. E outra coisa, pessoal, quando falam que o DMAE vai isso, vai aquilo, se eu fosse funcionário do DMAE, eu me sentiria meio desgostoso, porque quem vai fiscalizar a empresa vão ser os funcionários do DMAE. Vocês acham que eles não têm competência para fiscalizar a empresa? E eles que são técnicos no assunto. Então, passo aqui para o DMAE, e muito obrigado a vocês que estiveram aqui. Provavelmente, nós nos encontraremos, porque praticamente são os mesmos que a gente encontra em todas as audiências, e aí essa é a educação. Então passo para o DMAE aqui.

**SR. CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA:** Boa noite a todos. Eu gostaria de fazer algumas considerações, até pelos questionamentos que foram levantados, principalmente em relação... Por que a gente fala tanto de privatização, que não

é uma privatização, que é diferente da Corsan, que é diferente da Equatorial? Primeiro, porque a gente está falando, de fato, de uma construção que o Município está levando à frente, ele vai prever num edital de licitação, em um contrato, obrigações claras, tanto de investimento por parte do concessionário, quanto de operação desse concessionário. Então a gente vai ter metas que vão atender aos marcos, as metas do saneamento previstas pela ANA, vamos ter metas estabelecidas de qualidade de fornecimento, a própria mensuração do usuário do serviço vai ser refletida no contrato. Então a gente não tem uma situação em que simplesmente o Município se desfaz de um ativo público, de uma empresa que pertence a ele, mas, pelo contrário, aqui a gente está concedendo a realização de investimentos e a operação para um terceiro, para que ele faça, ao longo de 30 anos, que ele tenha, de fato, lucro por isso, ninguém vai fazer serviço de graça, mas onde é que ele consegue angariar, onde é que ele consegue obter recursos para poder prestar um serviço de maior qualidade? Justamente na eficiência desse serviço. Ele vai ter um planejamento em que ele vai saber que vai realizar um investimento e vai ser obrigado a manter esses equipamentos ao longo dos 30 anos. Ele vai fazer isso da melhor forma possível, assim como a gente faz nas nossas casas, se a gente fosse locar um imóvel, a gente não daria atenção que nós damos, por exemplo, quando adquirimos um imóvel. É a mesma coisa, ele vai receber aquele ativo, vai ter uma obrigação por 30 anos e vai devolver, e aí o poder público pode decidir, ao final disso, se ele vai reassumir esse serviço ou vai novamente transferir a um privado. Mas o que importa é que a gente vai ter um investimento de grande vulto realizado. E por que o DMAE não faz isso por conta própria? Se nós levássemos em consideração o volume de investimentos que temos aqui, nós comprometeríamos o endividamento, o limite de endividamento do próprio Município, porque o DMAE é uma autarquia, ele necessita que o Município capte esse recurso e aí ele concorreria com diversos outros investimentos, com diversos outros financiamentos que ele precisa para saúde, para educação, e, depois, o DMAE faria o ressarcimento desse investimento ao longo do prazo. E

já constitui um óbice que não vai estar presente, se isso for realizado diretamente pelo privado.

Nós falamos aqui da questão das contas, há claramente a premissa do contrato, premissa da licitação, de que não haverá aumento do valor da tarifa. A tarifa vai ser mantida no mesmo patamar atual e não haverá também qualquer alteração em relação à tarifa social. Isso é premissa do projeto, a tarifa social inclusive tem lei federal que regula, então não se pretende acabar com isso de modo algum. A questão do resserviço, em se tratando de um investimento que o concessionário terá que fazer, se houver qualquer problema nisso, qualquer problema no serviço que ele realizou, obviamente ele vai ter que refazer e não vai poder repassar esse custo. É custo dele, a operação é dele, ele prestou o serviço, se está errado, ele vai ter que corrigir e assim ele vai ser fiscalizado tanto pelo Município, que vai ter uma presença direta, que é diferente da Corsan e da CEEE, porque o Município é o concedente, o Município é fiscalizador dessa concessão e também vai ter um agente externo, que é a agência reguladora, também fiscalizando o atendimento disso, além dos usuários, obviamente.

O que mais que nós podemos falar aqui? Em relação à questão dos servidores também, a gente ouviu muito aqui: “Por que o DMAE não incorpora um número de servidores?” A gente sabe que são serviços que exigem esforço muito grande dos servidores. A gente pensar numa realidade há 30 anos do DMAE, em que a gente não tinha uma constância tão grande de volume de contratos de prestação de serviços, a gente não tem como manter esses mesmos servidores por 30 anos fazendo um trabalho que exige um esforço muito repetitivo na ponta. A gente tem que implantar modernizações tecnológicas, tem que mudar a forma de gestão de algumas coisas, e, por óbvio, que isso muda também, reflete no número de servidores. Isso é algo que não dá simplesmente para fazer uma comparação direta, pego 30 anos atrás e reproduzo nisso. E eu estou falando aqui como servidor também, eu sou servidor do Município há 15 anos e eu estou hoje como diretor do DMAE, mas eu entendo que esse tipo de contrato, esse tipo de concessão torna o serviço mais eficiente e torna o serviço oferecido para a população de muito mais qualidade. E é o que a gente viu, por exemplo, na

iluminação pública, em que a gente conseguiu ter uma melhoria muito grande e existem diversos canais hoje de relação do usuário com o poder público.

Encerrando, então, eu gostaria de agradecer, dizer que o DMAE está à disposição de todos. Nós estamos trabalhando tecnicamente nesse projeto, de modo a tornar o serviço de maior qualidade, de fato, e colocar no contrato, no edital, aquilo que melhor atende o interesse público e todas as contribuições são bem-vindas nesse sentido. Muito obrigado.

**PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL):** Boa noite. Bom, encerrando, a audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei do Executivo nº 028/25, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento do Município de Porto Alegre, gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a presença dos moradores que se fizeram presente hoje aqui, com opiniões divergentes, agradecer pela cedência do espaço à patronal, Sr. Josué Paulo Cacenet, aqui do CTG Roda de Chimarrão; agradeço as presenças: Sr. Gelson Guarda, secretário adjunto da Secretaria Municipal Geral de Governo; o Sr. Carlos Eduardo da Silveira, diretor de Regulação e Governança Corporativa do DMAE; Sr. Edson Zomar de Oliveira, diretor do SIMPA,; Sra. Sandra Darui, do Simpa e DMAE; a Sra. Nilda Maia, subprefeita da Região Sul e a todos da Câmara de Vereadores, da Guarda Municipal, Diretoria Legislativa, Luiz Afonso, o Diego, a Lisiane, pessoal da Copa, TV Câmara e todo o apoio aqui da Câmara de Vereadores. Muito obrigado, até a próxima audiência pública, que será realizada amanhã, em Belém Novo, que também irei presidir. Obrigado a todos, ao Ver. Jonas Reis, meu colega, obrigado a todos, uma boa noite, um grande abraço.

(Encerra-se a reunião às 20h52min.)